

# economia



## Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

### Calçados brasileiros nos EUA

A participação de 32 marcas brasileiras de calçados em duas feiras norte-americanas, promovidas pelo Brazilian Footwear, programa de apoio às exportações do setor mantido pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), deve gerar mais de R\$ 30 milhões (US\$ 5,47 milhões) em negócios. A expectativa soma negócios realizados in loco e que ficaram alinhados na Atlanta Shoe Market e na Magic Las Vegas.

### CredCrea tem ativos de R\$ 1 bilhão

A cooperativa de crédito CredCrea que atua com postos de atendimento nos estados do RS, SC e Paraná e atendimento digital para todo o País, alcançou, no primeiro semestre de 2025, a marca de R\$ 1 bilhão em ativos sob gestão. O resultado consolida uma trajetória superior a duas décadas voltada ao fortalecimento financeiro de engenheiros, arquitetos, técnicos e tecnólogos, e marca o início de um novo ciclo de expansão e impacto positivo para os mais de 34 mil cooperados em todo o Brasil.

### C&A abre novo conceito de loja

A C&A inaugura no Shopping Center Norte, de São Paulo, seu novo conceito de loja, um marco para o varejo de moda no Brasil. Mais do que um espaço de compras, o projeto busca através de histórias e serviços transformar a loja em lugar que empodere a cliente ao longo da sua jornada - fazendo da C&A seu consultor de moda preferido, mais confiável e apresentando oficialmente a Energia C&A.

### O Agro Inovar RS na Expointer

A Prefeitura Municipal de Esteio e a Universidade Feevale lançarão hoje o Agro Inovar RS, evento que ocorrerá no Hub Agro da Expointer 2025. A atividade acontecerá às 11h, no Salão Nobre da Prefeitura de Esteio, com as presenças do prefeito Felipe Costella e do reitor José Paulo da Rosa.

### Asiana recebe selo Thai Select

O Asiana, especializado na gastronomia asiática, receberá o certificado Thai Select nesta quinta-feira, em São Paulo. A certificação oficial do Ministério do Comércio da Tailândia, destinada a produtos prontos tailandeses e a restaurantes locais e internacionais, indica a experiência autêntica da culinária tailandesa. O Asiana, localizado na Dinarte Ribeiro, 148, completou cinco anos em julho.

### Acesso qualificado à Casa Perini

O acesso à vinícola Casa Perini, na localidade de Santos Anjos, interior de Farroupilha, foi qualificado recentemente. A pavimentação asfáltica, realizada pela prefeitura por meio do Programa Caminhos do Interior, potencializa o enoturismo da região e beneficia, além de turistas, a comunidade local. O investimento foi de R\$ 800 mil.

### Ônibus elétricos para Goiânia

A Marcopolo realizou a entrega de quatro unidades do modelo Attivi Express ao Consórcio BRT de Goiânia, marcando um avanço significativo na modernização do transporte público da capital goiana. Os veículos articulados, com 23 metros de comprimento, foram projetados para operar no corredor Leste-Oeste, antigo Eixo Anhanguera, e representam solução de alta capacidade e eficiência.

### Shoppings crescem 3,1% nas vendas

O setor de shopping centers encerrou o 2º trimestre de 2025 com crescimento de 3,1% nas vendas, revertendo a queda observada em igual período do ano passado. O desempenho foi impulsionado por datas comemorativas relevantes, como o Dia das Mães e o Dia dos Namorados, além do efeito calendário da Páscoa em abril. Os shoppings mantiveram ainda a maior taxa de ocupação dos últimos anos (95,1%) e registraram inadimplência de apenas 4,3%, reforçando a resiliência do setor.

# Discussão judicial amplia incerteza sobre Candiota 3

Empreendimento vem operando, ultimamente, no mercado de curto prazo

## / ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Alvo de vários debates sobre a sua continuidade ou não, a usina de Candiota 3 verificou recentemente o acréscimo de mais um elemento que pode definir o seu destino. Sentença proferida pela juíza federal em Porto Alegre, Rafaela Santos Martins da Rosa, condena o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a suspender a Licença de Operação (LO) da termelétrica a carvão gaúcha por inobservância às diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e ao decreto estadual 56.347/2022, que trata sobre mudanças climáticas.

A determinação da Justiça inclui condicionantes climáticas na licença da usina levando em consideração toda a cadeia de valor de emissões do empreendimento. Além disso, a sentença condena a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) a suspender a Licença de Operação da Mina de Candiota, que pertence à estatal Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e fornece o carvão para Candiota 3.

Os desdobramentos são resultados da Ação Civil Pública Nº 5050920-75.2023.4.04.7100/RS, que teve como autores o Instituto Preservar, a Associação

Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) e o Núcleo Amigos da Terra Brasil. O tema ainda é passível de recurso, mas já causou divergências de interpretações sobre a possibilidade da manutenção da operação da termelétrica.

Para a prefeitura de Candiota e para a Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), a sentença não significaria necessariamente a interrupção iminente da atividade da planta. No entanto, a advogada Marina Dermmam, que representa os autores da ação, discorda dessa posição e considera que a usina precisa ser paralisada de forma imediata.

Conforme o presidente da ABCS, Fernando Zancan, a sentença não deixa claro que precisa parar a operação da térmica. Para o dirigente, a determinação judicial incorpora algumas condicionantes no processo de licenciamento da usina. “Mas, no futuro”, avalia Zancan. O representante da ABCS reforça que a perspectiva é que a termelétrica continue funcionando, apesar dele admitir que a questão será motivo de uma grande discussão jurídica. “Na verdade, é um processo de litigância climática como tem em vários lugares do planeta”, diz Zancan.

Já no entendimento da advogada dos autores da ação, se Candiota 3 persistir em manter sua operação, ela estará atuando

irregularmente. “Não ter uma licença de operação significa, conseqüentemente, que não pode operar”, argumenta Marina. Procurado pela reportagem do **Jornal do Comércio**, o departamento de Comunicação Social da Justiça Federal informou que a juíza Rafaela está em viagem para um evento em Minas Gerais e São Paulo e, no momento, não se manifestará sobre a sentença. No entanto, a assessoria confirmou que a determinação é pela suspensão imediata da operação da usina.

Marina lembra que a ação foi ingressada em 2023 pelas entidades ambientais. Os réus abrangidos são a União, Ibama, Fepam, Eletrobras CGT Eletrosul (antiga controladora da usina, antes dela ser vendida para a Âmbor Energia), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Estado do Rio Grande do Sul e CRM.

Por sua vez, o prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador, comenta que nesta segunda-feira a usina não estava produzindo por uma situação de preço de energia, mas não por uma questão relacionada ao imbrólio judicial. O empreendimento, que desde o começo do ano está sem um contrato de longo prazo firmado, vem atuando no mercado spot (de curto prazo). Segundo o prefeito, a expectativa é que a unidade volte a operar em breve com a melhora das condições de venda de energia.

## Prefeito diz que litígio traz insegurança à comunidade

Apesar de reforçar que Candiota 3 ainda está funcionando, o prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador, assinala que a discussão judicial gera muita insegurança na comunidade local. “Isso acaba assustando a população”, aponta o dirigente. O prefeito lamenta ainda que as críticas à planta gaúcha vêm em um momento em que o Operador Nacional do Sistema (ONS) defende o acionamento das termelétricas para aumentar a segurança do fornecimento elétrico no Brasil. Ele cita também que a região tem dificuldades econômicas e a usina proporciona relevantes postos de trabalho. Em nota, a Âmbor Energia,

atual proprietária da termelétrica, afirma que “recebeu com surpresa e indignação a decisão judicial, proferida apesar do cumprimento integral de todas as exigências legais e da posse de todas as licenças necessárias para a operação da usina”. O comunicado acrescenta que “a medida contraria autorizações já concedidas, fere a segurança jurídica e ameaça a confiabilidade do sistema energético em um momento em que a contribuição das usinas termelétricas é essencial para garantir o fornecimento de energia ao País.” Já sobre a mina de Candiota, a questão está sendo tratada pela Procuradoria-Geral do Es-

tado (PGE-RS), que informa que “está ciente da decisão e avalia as medidas judiciais cabíveis”.

A iniciativa do Instituto Preservar, da Agapan e do Núcleo Amigos da Terra Brasil não é a única a questionar a operação de Candiota 3.

Em julho deste ano, o Instituto Internacional Arayara protocolou uma Ação Civil Pública contra as operadoras da térmica exigindo a paralisação imediata e definitiva das atividades da unidade. O engenheiro ambiental do Instituto Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, relata que ainda é esperado um desfecho na Justiça sobre essa movimentação.